



ABAETETUBA-PA

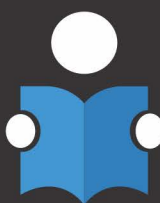
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA - PARÁ

EDUCADOR SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ABAETETUBA - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ABAETETUBA - PA

Educador Social

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

CÓD: SL-023AG-26
7901183004973

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	5
2. Ortografia oficial	6
3. Acentuação gráfica.....	8
4. Emprego de letras e divisão silábica	10
5. Pontuação	11
6. Classes e emprego de palavras. Morfologia.....	14
7. Vozes do verbo; Emprego de tempo e modo verbais	23
8. Sintaxe; Análise sintática: coordenação e subordinação; Morfologia e Sintaxe	25
9. Concordância nominal e verbal	29
10. Significado das palavras: sinônimos e antônimos.....	30
11. Crase	31
12. Regência nominal e verbal.....	32

Informática básica

1. Conceito de internet e intranet; Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet.....	45
2. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas	48
3. Noções de sistema operacional (ambiente windows)	53
4. Identificação e manipulação de arquivos.....	76
5. Backup de arquivos.....	80
6. Conceitos básicos de hardware (placa-mãe, memórias, processadores (cpu) e disco de armazenamento (hds, cds e dvds); Periféricos de computadores	82
7. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (microsoft word, microsoft excel, libreoffice writer e libreoffice calc).....	84

Conhecimentos Específicos Educador Social

1. Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Legislação correspondente	101
2. Lei Federal 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente	104
3. Lei Federal nº 10.741/2003 — Estatuto da Pessoa Idosa.....	145
4. Lei Federal nº 8.742/1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	156
5. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)	167
6. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)	173
7. Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/RH)	173
8. Orientações Técnicas do CRAS — Centro de Referência de Assistência Social	190
9. Orientações Técnicas do CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social	191
10. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	191

ÍNDICE

11. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	191
12. Serviços de Assistência Social, conforme tipificação nacional de serviços socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009)	193
13. Reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Resolução CNAS nº 01/2013.....	194
14. Orientações técnicas do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos para pessoas idosas	197
15. Postura ética do educador social	200
16. Programação e desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas.....	202
17. Ludicidade, lazer, brincadeira, brinquedos e jogos	205
18. Ações e Programas relacionados à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura e ao convívio social	209
19. Crescimento e desenvolvimento humano (da infância à senescência).....	211
20. Relacionamento interpessoal	214
21. Ética profissional	217

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento
Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

ORTOGRAFIA OFICIAL

ALFABETO

O alfabeto da língua portuguesa é formado por 26 letras. A – B – C – D – E – F – G – H – I – J – K – L – M – N – O – P – Q – R – S – T – U – V – W – X – Y – Z.

▪ **Observação:** emprega-se também o “ç”, que representa o fonema /s/ diante das letras: a, o, e u em determinadas palavras.

EMPREGO DAS LETRAS E FONEMAS

► Emprego das letras K, W e Y

Utilizam-se nos seguintes casos:

1) Em antropônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Taylor, taylorista.

2) Em topônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kuwait, kuwaitiano.

3) Em siglas, símbolos, e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional. Exemplos: K (Potássio), W (West), kg (quilograma), km (quilômetro), Watt.

► Emprego do X

Se empregará o “X” nas seguintes situações:

1) Após ditongos.

Ex.: caixa, frouxo, peixe.

▪ **Exceção:** recauchutar e seus derivados.

2) Após a sílaba inicial “en”.

Ex.: enxame, enxada, enxaqueca.

▪ **Exceção:** palavras iniciadas por “ch” que recebem o prefixo “en-”. Ex.: encharcar (de charco), enriqueirar (de chiqueiro), encher e seus derivados (enchente, enchimento, preencher...)

3) Após a sílaba inicial “me”.

Ex.: mexer, mexerica, mexicano, mexilhão.

▪ **Exceção:** mecha.

4) Se empregará o “X” em vocábulos de origem indígena ou africana e em palavras inglesas aportuguesadas.

Ex.: abacaxi, xavante, orixá, xará, xerife, xampu, bexiga, bruxa, coaxar, faxina, graxa, lagartixa, lixa, lixo, puxar, rixa, oxalá, praxe, roxo, vexame, xadrez, xarope, xaxim, xícara, xale, xingar, etc.

► Emprego do Ch

Se empregará o “Ch” nos seguintes vocábulos: bochecha, bucha, cachimbo, chalé, charque, chimarrão, chuchu, chute, cochilo, debochar, fachada, fantoche, ficha, flecha, mochila, pechincha, salsicha, tchau, etc.

► Emprego do G

Se empregará o “G” em:

1) **Substantivos terminados em:** -agem, -igem, -ugem.

Ex.: barragem, miragem, viagem, origem, ferrugem.

▪ **Exceção:** pajem.

2) **Palavras terminadas em:** -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio.

Ex.: estágio, privilégio, prestígio, relógio, refúgio.

3) **Em palavras derivadas de outras que já apresentam “G”.**

Ex.: engessar (de gesso), massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem).

▪ **Observação** também se emprega com a letra “G” os seguintes vocábulos: algema, auge, bege, estrangeiro, geada, gengiva, gíbi, gilete, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, vagem.

► Emprego do J

Para representar o fonema “j” na forma escrita, a grafia considerada correta é aquela que ocorre de acordo com a origem da palavra, como por exemplo no caso da palavra jipe que origina-se do inglês *jeep*. Porém também se empregará o “J” nas seguintes situações:

1) Em verbos terminados em -jar ou -jear. Exemplos:

▪ **Arranjar:** arranjo, arranje, arranjem

▪ **Despejar:** despejo, despeje, despejem

▪ **Viajar:** viajo, viaje, viajem

2) Nas palavras de origem tupi, africana, árabe ou exótica.

Ex.: biju, jiboia, canjica, pajé, jerico, manjerição, Moji.

3) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam “J”.

Ex.: laranja –laranjeira / loja – lojista / lisonja –lisonjeador / nojo – nojeira / cereja – cerejeira / varejo – varejista / rijo – enrijecer / jeito – ajeitar.

▪ **Observação:** também se emprega com a letra “J” os seguintes vocábulos: berinjala, cafajeste, jeca, jegue, majestade, jeito, jejum, laje, traje, pegajento.

INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITO DE INTERNET E INTRANET; CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/INTRANET

INTERNET

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

► Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra ótica, wireless, etc.).

► World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

► Protocolo de comunicação

A transmissão de dados é realizada fundamentalmente por um conjunto de protocolos, encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si, é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos. Atualmente, a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, o uso do TCP/IP atende tanto à rede local quanto ao acesso externo.

► TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

Considerando ainda o protocolo TCP/IP, pode-se dizer que:

- **IP (Internet Protocol):** É responsável pelo endereçamento e pelo roteamento dos pacotes de dados, definindo o caminho a ser percorrido na rede;
- **TCP (Transmission Control Protocol):** É responsável pelo controle da transmissão, garantindo a entrega correta, ordenada e sem perdas dos dados.

► Domínio

Se não fosse o conceito de domínio, quando fôssemos acessar um determinado endereço na web, teríamos que digitar o seu endereço IP. Por exemplo: para acessar o site do Google ao invés de você digitar www.google.com, você teria que digitar um número IP – 74.125.234.180.

O DNS (Domain Name System) é um sistema hierárquico e distribuído responsável por traduzir nomes de domínio (como www.google.com) em endereços IP, permitindo a localização de servidores na rede.

¹ <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%27ado.pdf>

Estrutura de um endereço na Internet

- **www:** (World Wide Web): convenção que indica que o endereço pertence à web.
- **empresa:** nome da empresa ou instituição que mantém o serviço.
- **com:** indica que é comercial.
- **br:** indica que o endereço é no Brasil.

► URL

Um URL (de Uniform Resource Locator), em português, Localizador Uniforme de Recursos, é o endereço de um recurso (um arquivo, uma impressora etc.), disponível em uma rede; seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet.

Ex.: *protocolo://máquina/caminho/recurso.*

► HTTP

É o protocolo responsável pelo tratamento de pedidos e respostas entre clientes e servidor na World Wide Web.

Os endereços web podem iniciar com *http://* ou *https://*.

O HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é a versão segura do HTTP, pois utiliza criptografia por meio do protocolo TLS, garantindo confidencialidade e integridade dos dados.

► Hipertexto

É a estrutura que permite a interligação de conteúdos por meio de links (hiperligações), possibilitando navegação não linear entre documentos na web.

NAVEGADORES

Um navegador de internet (browser) é um software cliente que permite acessar, interpretar e exibir conteúdos disponíveis na web, utilizando protocolos como HTTP e HTTPS para comunicação com servidores. Além de também serem conhecidos como browser ou web browser, eles funcionam em computadores, notebooks, dispositivos móveis, aparelhos portáteis, videogames e televisores conectados à internet.

Um navegador de internet interpreta a estrutura de um site e exibe qualquer tipo de conteúdo na tela da máquina usada pelo internauta.

Esse conteúdo pode ser um texto, uma imagem, um vídeo, um jogo eletrônico, uma animação, um aplicativo ou mesmo aplicações web executadas em servidores remotos. Ou seja, o navegador é o meio que permite o acesso a qualquer página ou site na rede.

Para funcionar, um navegador de internet se comunica com servidores hospedados na internet usando diversos tipos de protocolos de rede. Um dos mais conhecidos é o protocolo HTTP, que transfere dados binários na comunicação entre a máquina, o navegador e os servidores.

► Funcionalidades de um Navegador de Internet

A principal funcionalidade dos navegadores é mostrar para o usuário uma tela de exibição através de uma janela do navegador.

Ele decodifica informações solicitadas pelo usuário por meio de códigos-fonte, e as carrega no navegador usado pelo internauta, ou seja, entender a mensagem enviada pelo usuário, solicitada através do endereço eletrônico, e traduzir essa informação na tela do computador. É assim que o usuário consegue acessar qualquer site na internet.

O recurso mais comum que o navegador traduz é o HTML, uma linguagem de marcação para criar páginas na web e para ser interpretado pelos navegadores.

Eles também podem reconhecer arquivos em formato PDF, imagens e outros tipos de dados.

Principais recursos

- **Barra de Endereço:** é o espaço em branco que fica localizado no topo de qualquer navegador. É ali que o usuário deve digitar a URL (ou domínio ou endereço eletrônico) para acessar qualquer página na web;
- **Botões de Início, Voltar e Avançar:** botões clicáveis básicos que levam o usuário, respectivamente, ao começo de abertura do navegador, à página visitada antes ou à página visitada seguinte;
- **Favoritos:** é a aba que armazena as URLs de preferência do usuário. Com um único clique, o usuário pode guardar esses endereços nesse espaço, sendo que não existe uma quantidade limite de links. É muito útil para quando você quer acessar as páginas mais recorrentes da sua rotina diária de tarefas;
- **Atualizar:** botão básico que recarrega a página aberta naquele momento, atualizando o conteúdo nela mostrado. Serve para mostrar possíveis edições, correções e até melhorias de estrutura no visual de um site. Em alguns casos, é necessário limpar o cache para mostrar as atualizações;
- **Histórico:** opção que mostra o histórico de navegação do usuário usando determinado navegador. É muito útil para recuperar links, páginas perdidas ou revisitar domínios antigos. Pode ser apagado, caso o usuário queira;
- **Gerenciador de Downloads:** permite administrar os downloads em determinado momento. É possível ativar, cancelar e pausar por tempo indeterminado. É um maior controle na usabilidade do navegador de internet;
- **Extensões:** já é padrão dos navegadores de internet terem um mecanismo próprio de extensões com mais funcionalidades. Com alguns cliques, é possível instalar temas visuais, plug-ins com novos recursos (relógio, notícias, galeria de imagens, ícones, entre outros);
- **Central de Ajuda:** espaço para verificar a versão instalada do navegador e artigos (geralmente em inglês, embora também existam em português) de como realizar tarefas ou ações específicas no navegador.

► Principais Navegadores

- Firefox;
- Internet Explorer;
- Google Chrome;
- Safari;
- Opera.

Também conhecidos como web browsers ou simplesmente browsers, funcionam como ponte entre o usuário e o conteúdo da Internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE

FUNDAMENTOS JURÍDICOS, NATUREZA E FINALIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

► Inserção do BPC na seguridade social brasileira

O Benefício de Prestação Continuada, conhecido pela sigla BPC, integra a política pública de assistência social e constitui garantia de proteção de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade que preencham os requisitos legais. Sua base constitucional encontra-se no sistema da seguridade social, que reúne saúde, previdência social e assistência social. Diferentemente dos benefícios previdenciários, vinculados em regra à filiação e ao custeio do regime de previdência, o BPC possui natureza assistencial e independe de contribuições anteriores do beneficiário.

A Constituição Federal assegura um benefício mensal no valor de um salário mínimo à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, conforme critérios estabelecidos em lei. A regulamentação central dessa garantia é realizada pela Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, especialmente em seus dispositivos relativos ao Benefício de Prestação Continuada. O Decreto nº 6.214/2007 disciplina aspectos operacionais do benefício e deve ser interpretado em conjunto com as alterações legais posteriores.

A assistência social é prestada a quem dela necessitar. Esse princípio distingue o BPC de aposentadorias, pensões e outros benefícios contributivos. O fato de o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS — participar da operacionalização não transforma o BPC em prestação previdenciária. A gestão insere-se na política de assistência social, enquanto o INSS executa procedimentos de reconhecimento, manutenção, revisão e pagamento do benefício.

► Características essenciais da prestação

O valor mensal corresponde a um salário mínimo. O BPC não possui natureza de aposentadoria e não exige tempo de contribuição, carência ou qualidade de segurado. Também não gera pagamento de décimo terceiro salário e, em razão de sua natureza personalíssima, não se converte em pensão por morte para dependentes.

Algumas características permitem delimitar juridicamente o benefício:

- **Prestação individual:** o direito pertence à pessoa que preenche os requisitos legais e não à família como unidade beneficiária.
- **Natureza assistencial:** a concessão decorre de necessidade social juridicamente reconhecida, e não de contribuição previdenciária.
- **Valor legalmente definido:** a renda mensal do benefício corresponde a um salário mínimo.
- **Caráter continuado:** enquanto persistirem os requisitos de manutenção, o benefício é pago mensalmente.
- **Intransferibilidade:** a morte do titular extingue o benefício, sem transmissão automática a familiares.

O BPC pode ser concedido a mais de um integrante da mesma família, desde que cada pessoa satisfaça individualmente os requisitos. A legislação também estabelece hipóteses em que determinados valores recebidos por outro membro familiar não são computados no cálculo da renda para a concessão de novo BPC. Entre elas, destaca-se a exclusão de outro BPC ou de benefício previdenciário de até um salário mínimo recebido por pessoa idosa com mais de 65 anos ou por pessoa com deficiência, quando analisado o direito de outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família.

Proteção social e dignidade

A função do BPC não se limita à transferência monetária. O benefício se relaciona à proteção da dignidade, da autonomia possível e da participação social da pessoa idosa ou da pessoa com deficiência em contexto de insuficiência econômica. A renda garantida busca assegurar condições materiais mínimas para necessidades básicas e para redução de situações de desproteção.

O recebimento do benefício não exclui o acesso a serviços socioassistenciais, de saúde, educação, habilitação, reabilitação ou convivência comunitária. A presença do BPC deve ser compreendida dentro de uma rede de proteção social, articulada às demais políticas públicas. Para a pessoa com deficiência, o desenvolvimento de capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a participação em atividades não remuneradas de habilitação ou reabilitação não constituem, por si, motivo para suspensão ou cessação do benefício.

REQUISITOS PESSOAIS, DEFICIÊNCIA E ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

► Pessoa idosa e pessoa com deficiência

A LOAS reconhece dois grupos de titulares potenciais do BPC. O primeiro é formado pela pessoa idosa com 65 anos ou mais. O segundo compreende a pessoa com deficiência, independentemente de idade, desde que a condição esteja enquadrada no conceito legal aplicável ao benefício.

Para fins de BPC, a deficiência não se reduz à existência de diagnóstico médico ou de alteração corporal isolada. Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. O impedimento de longo prazo, para os fins legais do benefício, é aquele que produza efeitos pelo período mínimo estabelecido em lei.

Essa concepção aproxima a análise do modelo biopsicossocial. O exame do direito deve considerar não somente aspectos clínicos, mas também os efeitos concretos das barreiras existentes no ambiente, nas relações sociais e nas condições de vida. A avaliação da deficiência envolve avaliação médica e avaliação social, com observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.

Avaliação e impedimento de longo prazo

A avaliação não se confunde com mera apresentação de laudo. Documentos médicos podem ser relevantes para demonstrar condições de saúde e impedimentos, mas o reconhecimento do direito depende da análise segundo os critérios legais. O impacto funcional e social da deficiência é decisivo para compreender se a interação entre impedimentos e barreiras restringe a participação da pessoa.

A legislação prevê avaliação para concessão do BPC à pessoa com deficiência e também disciplina revisões. Alterações recentes estabeleceram hipóteses de dispensa da avaliação médico-pericial periódica quando o impedimento for permanente, irreversível ou irrecuperável, ressalvadas situações em que exista suspeita fundamentada de fraude ou erro. A dispensa de nova perícia periódica nessas circunstâncias não elimina os demais controles relacionados à manutenção do benefício.

► Renda familiar e vulnerabilidade

O critério econômico possui papel central na concessão. A regra legal estabelece direito ao BPC para a pessoa idosa ou com deficiência cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, observados os demais requisitos. A renda per capita resulta da consideração dos rendimentos legalmente computáveis dos integrantes do grupo familiar e da divisão pelo número de pessoas que integram esse grupo segundo o conceito específico da LOAS.

Para o BPC, o grupo familiar não corresponde automaticamente a todas as pessoas que possuem algum parentesco. A composição legal considera, desde que vivam sob o mesmo teto, o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados.

A correta identificação do grupo familiar é indispensável porque altera tanto a soma dos rendimentos quanto o divisor utilizado no cálculo da renda por pessoa. A legislação também determina exclusões específicas de rendimentos e impede deduções que não estejam previstas em lei.

Elementos adicionais de vulnerabilidade

A análise da situação social não se esgota em uma operação matemática. A LOAS admite a consideração de outros elementos probatórios da condição de vulnerabilidade e prevê disciplina para eventual ampliação do limite de renda em situações legalmente definidas. Entre os elementos considerados pela legislação estão o grau da deficiência, a dependência de terceiros para atividades básicas da vida diária e o comprometimento do orçamento familiar com determinados gastos indispensáveis relacionados à saúde e à manutenção da vida que não sejam fornecidos gratuitamente pelas políticas públicas competentes.

Essa previsão demonstra que a pobreza e a vulnerabilidade possuem dimensão concreta. Duas famílias com renda nominal semelhante podem apresentar condições materiais muito diferentes quando uma delas suporta despesas contínuas indispensáveis, dependência intensa de cuidados ou barreiras que restringem profundamente a autonomia de um de seus membros.

CADASTRO, REQUERIMENTO, MANUTENÇÃO, REVISÃO E CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO

► Cadastro Único, CPF e identificação do requerente

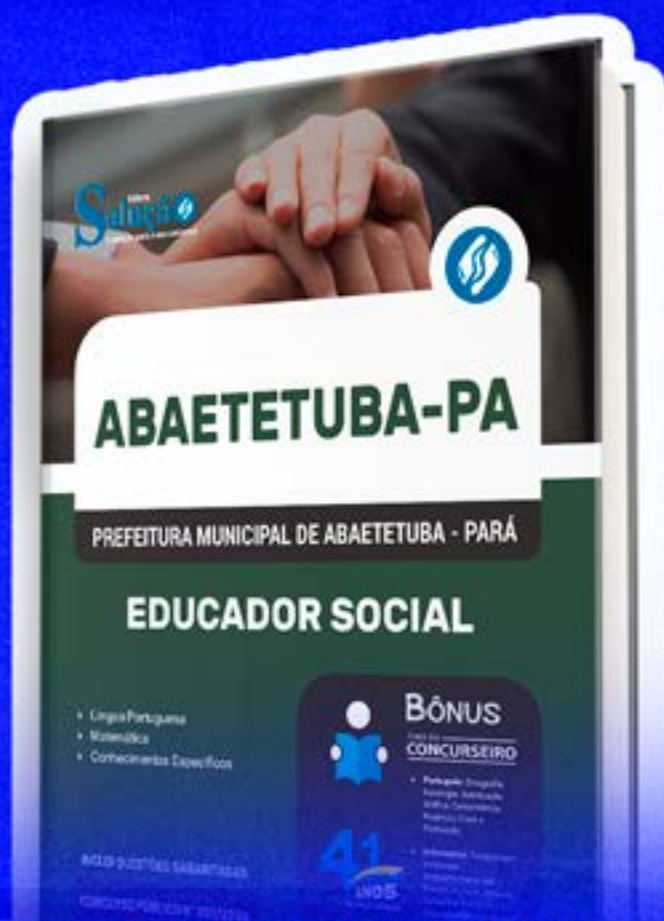
A concessão e a manutenção do BPC dependem do atendimento de requisitos cadastrais. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF — e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal — CadÚnico — integra a disciplina administrativa do benefício. As informações do grupo familiar devem permanecer atualizadas dentro do prazo regulamentar, atualmente fixado em até 24 meses, sem prejuízo de atualização anterior sempre que ocorrer alteração relevante na composição, endereço, renda ou demais dados familiares.

O CadÚnico funciona como instrumento de identificação e caracterização socioeconômica. Suas informações são utilizadas no processo de análise e podem ser confrontadas com bases oficiais. A atualização cadastral não equivale, isoladamente, à concessão do BPC: ela é requisito necessário, mas o reconhecimento do direito depende do preenchimento do conjunto de exigências legais.

A legislação passou a incorporar também requisitos de identificação biométrica para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social, com regras próprias de implementação e hipóteses excepcionais relacionadas à impossibilidade de realização do procedimento. No BPC, a identificação do requerente ou, quando cabível, de seu responsável legal deve observar a disciplina vigente.

► Requerimento e atuação administrativa

O requerimento do BPC é processado administrativamente pelo INSS. A análise inclui identificação do requerente, verificação cadastral, exame da composição familiar, apuração de renda e, no caso de pessoa com deficiência, avaliação correspondente.



**GOSTOU DESSE
MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!